



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

ATA N.º 3/2019

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas dezanove horas, na Sociedade Recreio Terreirense, na Freguesia das Manadas, Concelho de Velas, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia Municipal de Velas, presidida pelo senhor João Manuel Estrela Maciel, com a seguinte ordem do dia:-----

-----**Ponto um- Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento;**-----

-----**Ponto dois- Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Zona Sul do Concelho de Velas;**-----

-----**Ponto três- Confirmação da entrega das medalhas aos Senhores Germano Matos dos Santos e Nelson Ponta-Garça;**-----

-----O Presidente da Assembleia começou por fazer o enquadramento legal da sessão, explicando que se trata de uma sessão ordinária que se realiza em junho, de acordo com o estipulado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, estava em conformidade com o artigo 31.º do regimento em vigor.-----

-----Iniciados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Raquel Petiz da Cunha Furtado, que se fez substituir pelo Senhor Deputado Municipal António Henriques Ramos Azevedo, bem como, do Senhor Deputado Municipal Hélder Fernando Sousa Teixeira, que se fez substituir pelo Senhor Deputado Municipal João Paulo Silva. Foi igualmente justificada a falta da Senhora Deputada Municipal Sandra Campos que se fez substituir pela Senhora Deputada Municipal Catarina Silveira. Posteriormente, o Presidente solicitou à secretária Maria da Luz da Silva das Graças que procedesse à **chamada dos senhores Deputados Municipais**. Confirmou-se a presença dos Deputados Municipais João Manuel Estrela Maciel, Maria Isabel Góis Teixeira, Rui Miguel Vieira de Sequeira, Catarina da Rosa Silveira, Dário Miguel Nogueira Toledo, Ana Paula da Silveira e Silva, Mário José Soares, Maria da Luz da Silva das Graças, Ana Paula Soares, João Paulo Silva, Fernandino Bettencourt Simas, André Miguel da Silveira, Luis Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira, António Henriques Ramos Azevedo, António Guilherme Lemos Gambier Machado, Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, Marília Leonilde Lemos Regalo e Freitas, Roger Leonel Vieira de Sousa, Jorge Manuel Cândido da Silveira, Fernando Jorge Pereira e Hélio Silveira da Rosa.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Confirmada a presença dos membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se haver quórum, dando-se assim início à sessão.-----

-----O Presidente informou que o Executivo solicitou a **deliberação em minuta do ponto dois da ordem do dia**. Na ausência de inscrições, a mesma foi aprovada por maioria com vinte votos a favor: dez do Partido Popular; sete do Partido Socialista; dois do Partido Social Democrata; um da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção pelo Partido Social Democrata.-----

-----O Presidente deu início ao período **antes da ordem do dia** começando por explicar que, de acordo com o artigo 39.º, conjugado com o artigo 71.º, do regimento em vigor, «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público”». Explicou ainda que, em conformidade com o artigo 40.º, o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município, pelo que prosseguiu com a apreciação da ata número dois, de vinte e sete de abril de dois mil e dezanove, solicitando inscrições.-----

-----Inscreveu-se a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira**, a qual congratulou em primeiro lugar a realização daquela Sessão na Freguesia das Manadas. Posteriormente sugeriu as seguintes alterações à ata: referência à justificação de falta do Deputado Municipal Mário José Soares; confirmação da votação que constava da página cinco tendo em conta que a mesma estava errada; menção das iniciativas levadas a cabo pela Juventude Socialista no âmbito da campanha a favor de Moçambique; alteração do conceito “manifesto cultural” por “manifesto eleitoral” e ainda a confirmação através do áudio de uma intervenção levada a cabo pela Deputada Municipal Sandra Campos.-----

-----O **Deputado Municipal Luís Pereira** solicitou a palavra referindo que já tinha tido oportunidade de efetuar uma chamada de atenção para algumas alterações que tinham sido tomadas em conta, contudo, não concordando com uma parte do texto da ata, solicitava o áudio daquela sessão para confrontar e corrigir a sua escrita, nomeadamente da página catorze.-----

-----A **Deputada Maria Isabel Teixeira** solicitou novamente a palavra fazendo uma apreciação sobre o envio daquele documento face ao anteriormente dito pelo Deputado Municipal Luís Pereira ao qual o **Presidente da Assembleia** referiu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

aquela ata tinha sido remetida anteriormente para a sua apreciação. Após alguma discussão sobre o seu envio antecipado, o qual ocorreu apenas aquando o envio da convocatória à semelhança das sessões anteriores, o **Presidente** passou à votação daquele documento referindo que a ata seria novamente remetida aos Líderes Municipais após feitas as devidas correções.-----

-----Tomando a palavra, o **Deputado Municipal Luís Pereira** questionou como seria possível votar um documento que ainda iria ser corrigido, tendo o Presidente respondido que após a sua correção seria enviada novamente a ata para confirmação pelos Grupos Municipais. A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** interveio dizendo que se as alterações apresentadas constassem da ata que iria ser corrigida, aquela bancada não tinha problemas em votar a mesma porque assim não se bloqueariam assuntos importantes que nela constavam.-----

----- Não havendo inscrições, o **Presidente da Assembleia** colocou a ata número dois a votação, sendo a mesma **aprovada por maioria com dezassete votos a favor: dez pelo Grupo Municipal do Partido Popular e sete pelo Partido Socialista e, quatro abstenções: três pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e uma pela Coligação Democrática Unitária.**-----

-----Ainda no mesmo período passou à apresentação das propostas ou requerimentos apresentados pelos Grupos Municipais. -----

-----O **Deputado Municipal António Machado** procedeu à leitura de uma recomendação, relativa ao *“desenvolvimento de esforços para criação de um plano articulado entre instituições de Poder Local da ilha, para criar as condições necessárias para receção e armazenamento de material pirotécnico”* em anexo à presente ata.-----

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra, congratulando em primeiro lugar a realização daquela Assembleia na Freguesia das Manadas, uma iniciativa que já no passado tinha existido, trazendo aquele Órgão mais próximo das populações. Relativamente à recomendação disse que tinha conhecimento dos constrangimentos que existiam em trazer fogo para São Jorge, tendo o Município se esforçado fortemente junto das Entidades competentes para que no ano transato e, este ano, houvesse fogo. Explicou que a questão se prende essencialmente porque a lei exige que a empresa que comercializa aquele material é que tenha um paiol, não podendo o Município a substituir com um e, a solução foi providenciar provisoriamente esse paiol



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

em 2018. Contudo, este ano as festividades iniciaram-se e voltou a haver o mesmo constrangimento porque a empresa continuou sem efetuar qualquer diligência. Acrescentou ainda que o problema ultrapassava a questão do local para armazenar o material, uma vez que tinha chegado a São Jorge uma quantidade considerável de fogo, onde apenas uma parte estava declarada, o que tornou este processo ainda mais difícil. Concluiu a sua intervenção dizendo que percebia o conceito daquela recomendação, contudo, o Município tinha providenciado as diligências necessárias, pelo que tornava a mesma inócua.-----

-----O **Deputado Municipal António Machado** questionou se não haviam mais soluções por parte da Câmara em relação ao exposto, ao qual o **Presidente** respondeu que não, face às medidas que já tinham sido tomadas, quer por meio de reuniões e correspondência trocada, quer pela disponibilidade demonstrada em assinar um protocolo com a empresa fabricante para ceder o paiol do Município à mesma. Face ao exposto, o **Deputado Municipal** retirou a recomendação apresentada.-----

-----Seguidamente o **Deputado Municipal António Machado** procedeu à leitura da recomendação à Câmara Municipal relativa à *"criação de instalações sanitárias com as condições mínimas na Pista de Motocross na Freguesia dos Rosais que possam ser usufruídas por praticantes e adeptos para ambos os sexos"* (em anexo). -----

-----Relativamente à mesma, o **Presidente do Executivo** disse que tendo em conta o local onde fora construída a pista de motocross, aquelas instalações sanitárias não foram feitas porque o local era isolado, prevendo-se a sua vandalização tal como tem vindo a ocorrer. Assim, foi do entendimento do Município e do Clube Motard, enquanto responsável pelo espaço, que não deveriam ser feitas porque poderiam não conseguir mantê-las, contudo, se a Assembleia for desse entendimento, as mesmas seriam construídas, salvaguardando que ao primeiro ato de vandalismo as mesmas não seriam repostas.-----

-----Tomando a palavra, o **Deputado Municipal Rui Sequeira** disse que na altura que o aterro estava a encerrar tinha lá sido colocada uma câmara de vigilância para evitar que o lixo continuasse a ser depositado, pelo que questionou se essa não seria uma solução. O **Presidente do Executivo** respondeu que já tinham colocado uma câmara de vigilância na retroescavadora que lá se encontrava para evitar o roubo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

combustível e, a mesma nunca tinha surtido efeito porque esses materiais não captavam imagens nítidas o suficiente para identificar as pessoas, portanto, duvidava que essa fosse uma solução.-----

-----Solicitando novamente a palavra, o **Deputado Municipal** sugeriu como outra alternativa a colocação de cabines móveis quando decorressem eventos naquele local, tendo o **Presidente do Executivo** dito que haviam em stock cabines dessa natureza para lá colocar, contudo, ressaltou que a manutenção das mesmas deveria ser realizada pelo Clube Motard.-----

-----O **Deputado Municipal António Machado** solicitando a palavra questionou se naquele edifício não poderiam ser colocadas portas gradeadas, por forma a evitar esses atos de vandalismo, devendo tentar-se arranjar solução e boa vontade no sentido de serem criadas as condições sanitárias necessárias. Em resposta ao mesmo, o **Presidente** disse que existia boa vontade por parte do Município, contudo, face ao que já tinha explanado tornava-se complicado manter as mesmas.-----

-----Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a respetiva recomendação a votação, sendo a mesma **aprovada com um voto a favor pela Representação Democrática Unitária e vinte abstenções, dez pelo Partido Popular, sete pelo Partido Socialista e três pelo Partido Social Democrata.**-----

-----Após a votação o **Deputado Municipal António Machado** deixou a ressalva que se estava a votar na criação de condições para instalações sanitárias, bem como a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** que questionava isso mesmo, se se referia à criação de condições por via das sugestões apresentadas para aquele espaço, ao qual o Presidente da Assembleia anuiu.-----

----- Posteriormente o **Presidente** solicitou que o **Deputado Municipal António Machado** lesse a recomendação relativa à resolução célere do problema que afeta o Parque Infantil da Zona Entre os Morros, que passa pela remoção do material deteriorado ou sua substituição (em anexo).-----

-----O **Presidente do Executivo** disse, relativamente àquele assunto, que tinha sido remetido à Câmara um documento datado de seis de maio, ao qual fora efetuada a sua resposta a vinte e dois de maio referindo que uma parte do material já tinha sido retirada e que iria ser retirado todo o material que se estava a deteriorar. Acrescentou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

ainda que aquele Parque Infantil se encontrava no projeto da segunda fase da reabilitação urbana, o que levava a que aquela recomendação fosse completamente inócua porque recomendava o que já tinha sido feito.-----

-----O **Deputado António Machado** referiu que aquele assunto já tinha sido trazido aquela Assembleia e, que tem recebido queixas dos Municípes que o material que lá se encontrava oferecia perigo, pelo que questionou se o mesmo ainda lá existia. O **Presidente** respondeu que de acordo com a resposta via ofício, efetuada pela Câmara, tinha sido avaliado o mesmo e que se tinha procedido à sua remoção ainda na segunda-feira daquela semana. Face ao exposto, a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** referiu que a retirada daquele material, tão recentemente, teria sido porque o Senhor Presidente sabia que seria possível o Deputado Municipal apresentar aquela questão naquela Assembleia. -----

-----Tendo em conta o mencionado pelo Presidente em relação aquela recomendação, o **Deputado Municipal António Machado** disse que iria retirar a mesma, contudo, iria averiguar o espaço a confirmar se teria sido retirado todo o material.-----

----- Em seguida o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Deputado Municipal Dário Toledo** o qual aproveitou para congratular a mesa da Assembleia pela realização daquela sessão na Freguesia das Manadas, esperando que todas as Freguesias fossem abrangidas com a mesma iniciativa. Posteriormente efetuou a leitura de uma recomendação à Câmara relativamente a "*dotar o edifício do Palácio da Justiça de Velas, que é propriedade da mesma, com acessos condignos a pessoas com mobilidade reduzida*" (em anexo).-----

----- O **Presidente do Executivo** tomou a palavra dizendo que não considerava correto aquele pedido ser direcionado à Câmara tendo em conta que se tratava de uma responsabilidade do orçamento de estado que tutelava aquele Edifício, não cumprindo a legislação criada para esse fim. Ainda na sua intervenção, solicitou à sua secretária para distribuir alguns documentos pelas bancadas relativos à correspondência trocada com o Estado, referentes aquela matéria. Explanou que as casas conhecidas como Casa dos Magistrados, que se localizam ao lado da Casa de Repouso, foram vetadas ao abandono e que, tal como o Edifício do Tribunal, foram construídas na altura pelo Município em terreno seu, com dinheiro que tinha vindo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Estado, sendo aquelas Casas e aquele Edifício, do Município. Posto isto, explicou ainda que foram registadas, no âmbito do património municipal e solicitadas as chaves das mesmas para ceder à Casa de Repouso. Contudo, a resposta recebida referia que tendo o Estado pago cerca de sete mil euros à altura, que deveriam ser ressarcidos desse valor com juros incluídos, o que não fazia sentido tendo em conta que as casas tinham sido utilizadas durante quarenta anos, a título gratuito. Acrescentou ainda que após a realização de várias reuniões com o Administrador Judiciário em que fora discutido que se iriam oficializar os termos relativos aquelas casas e que, nos dariam posteriormente uma resposta. Em relação ao Edifício do Tribunal em concreto, referiu que o mesmo está em nome do Município e que também houvera correspondência trocada sobre o mesmo. Efetuando a leitura naquela sessão, de um ofício em nome do Vogal do Conselho Diretivo, Dr. Vasco Costa, que referia que estavam cientes dos problemas que afetavam aquele Edifício, nomeadamente a falta de acessibilidades, o mesmo iria ser incluído no rol de Edifícios para os quais seriam elaborados projetos com vista à execução de obras em dois mil e vinte. Posto isto, concluiu que não considerava correto que fosse recomendado ao Município a realização de intervenções que não são da sua competência e utilizando o seu orçamento.-----

-----Após esta intervenção e tendo por base a documentação distribuída, o **Deputado Dário Toledo** referiu que iriam retirar a recomendação apresentada. Posteriormente o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Deputado Municipal André Silveira**, para a leitura da recomendação apresentada pela bancada do Partido Popular.-----

-----O **Deputado Municipal** passou assim à leitura da recomendação para "*Reabilitação do Forte de Santa Cruz*" anexa à presente ata.-----

-----O **Presidente do Executivo** disse que aquela recomendação era importante, uma vez que em termos de imagem, para quem nos visitava e mesmo para quem cá habitava era péssimo. Referiu ainda que já tinham sido realizadas diligências junto do Governo Regional dos Açores o qual ficou de elaborar um projeto para a reabilitação daquele Forte, contudo, não tinha sido feito nada até ao momento.-----

-----A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** inscreveu-se dizendo que na altura da inauguração do Porto Comercial das Velas, em conversação com a Senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas sobre a requalificação daquela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

muralha, a mesma tinha dito que não era da responsabilidade daquela Secretaria, mas sim, da Portos dos Açores, questionando o Presidente sobre o que tinha dito o Dr. Miguel Costa sobre o assunto.-----

-----O **Presidente** respondeu que o mesmo tinha dito que a Direção Regional da Cultura tinha ficado de entregar um projeto de reabilitação da muralha até ao final do ano de dois mil e dezoito. Acrescentou ainda que há pouco tempo tinha voltado a entrar em contato com o Dr. Miguel Costa e que o mesmo tinha dito que viria a São Jorge em breve para uma reunião.-----

----- Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a respetiva recomendação a votação, sendo a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

----- Ainda dentro deste período e, tendo em conta que a leitura de correspondência não tinha sido efetuada anteriormente, o **Presidente da Assembleia** procedeu à sua **leitura** (*vide anexo*) colocando a mesma à disposição dos deputados, informando-os que a poderiam verificar em qualquer altura que entendessem, podendo dirigir-se para o efeito ao Gabinete da Assembleia Municipal e abriu o período para intervenções do público. Não havendo inscrições, o Presidente passou ao **período para intervenções dos Deputados Municipais**, convidando-os a inscreverem-se para fazerem uso da palavra.-----

-----Inscreveu-se o **Deputado Municipal Roger Sousa** congratulando em primeiro lugar a mesa da Assembleia pela realização daquela Sessão na Freguesia das Manadas. Posteriormente congratulou a Autarquia pela rápida intervenção nas zonas balneares da Poça e da Preguiça, recomendando que a mesma diligenciasse junto do Governo Regional o necessário no âmbito dos relatórios dos estragos entregues pela Câmara. Questionou igualmente se havia alguma informação sobre a intervenção do Governo em relação a esses prejuízos e, se havia alguma informação sobre a colocação de cestas destinadas aos plásticos agrícolas, uma vez que verificou que em algumas Freguesias já existiam mas outras não tinham sido abrangidas.-----

-----A **Deputada Municipal Ana Paula Soares** tomou a palavra questionando o Presidente sobre o ponto de situação da criação da Incubadora de Empresas na Escola Profissional da Ilha de São Jorge.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Seguidamente inscreveu-se a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** a qual questionou o Presidente da Assembleia relativamente à constituição da Comissão Permanente, assunto que tinha ficado de ser averiguado através do áudio para correção dos membros efetivos e suplentes da mesma. Face à questão, o **Presidente da Assembleia** respondeu que ainda se estava a averiguar, pelo que mal soubessem fariam chegar essa informação.-----

----- O **Deputado Municipal Rui Sequeira** tomou a palavra colocando igualmente ao Presidente daquela Assembleia uma questão relativa à substituição das garrafas de água utilizadas naquela Sessão por água da torneira tendo em conta que a mesma apresenta qualidade de excelência. Ainda na sua intervenção questionou qual o ponto de situação dos procedimentos que aquela Assembleia tinha ficado de levar a cabo relativamente ao assunto da Poça Simão Dias.-----

-----O **Presidente da Assembleia** respondeu que na próxima Sessão teriam em conta a substituição das garrafas de água. Relativamente ao assunto da Poça Simão Dias, disse que haviam determinados pontos que não iam de encontro ao que se pretendia, nomeadamente, o ser a Assembleia a dar seguimento aos procedimentos. Assim, concluiu dizendo que era do entendimento que os mesmos seguissem para a Câmara.-----

----- O **Deputado Municipal Rui Sequeira** tomou novamente a palavra dizendo que levar a cabo a audiência de interessados e a discussão pública era uma competência da Assembleia Municipal. A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** fez uso da palavra esclarecendo que aquele assunto tinha retomado aquela Assembleia porque a primeira recomendação, apresentada pelo Partido Social Democrata, tinha sido remetida à Câmara que a devolveu porque deveria ser a Assembleia a tratar dos devidos encaminhamentos legais e fazer todos os trâmites necessários, o que posteriormente foi feito e consta em ata. Referiu ainda que a mesa da Assembleia tinha pedido ajuda à bancada socialista para ajudar nos procedimentos necessários, o qual tinha sido efetuado. -----

-----O **Presidente da Assembleia** concordou com o apresentado pela Deputada Municipal, contudo, referiu que seria do entendimento que aquele assunto deveria ser remetido à Câmara, ao qual a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** reiterou dizendo que se a Câmara tinha remetido aquele processo à Assembleia por ser uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

competência da mesma, porque iríamos devolver novamente, sendo já um assunto abordado e tido em consideração na sessão de abril. Não havendo consenso naquela discussão o **Deputado Municipal Rui Sequeira** questionou a opinião do Presidente do Executivo.-----

-----Tomando a palavra, o **Presidente** recordou que numa primeira instância o PSD tinha apresentado naquela Assembleia uma recomendação para que a Poça Simão Dias fosse classificada como monumento natural, à qual na altura foi referido que a mesma não deveria ser votada por padecer de erro na legislação. Como foi do entendimento dos Senhores Deputados dar continuidade ao processo, quando aquela recomendação deu entrada na Câmara, foi solicitado um parecer ao jurista que dizia exatamente isso. Na Assembleia seguinte o Partido Socialista apresentou uma proposta com o mesmo objetivo, mas, com a legislação correta, à qual referiu que a mesma continuava a padecer de erro e que não a votassem porque iria repetir-se o mesmo. Assim sendo, o Grupo Municipal do PS decidiu retirar a proposta apresentada com base no parecer do jurista, tendo após um intervalo feito um documento que passava a ser apresentado pela Assembleia Municipal e não apenas por aquele Grupo. Acrescentou ainda que a Deputada Municipal Sandra Campos naquela sessão se tinha oferecido para redigir o edital e os documentos para dar início aos procedimentos e que os mesmos tinham sido remetidos, contudo, não sabia que prosseguimento tinha sido dado pela Assembleia. Referiu também que era da opinião que não deveria ser a Assembleia a dar seguimento aquele processo uma vez que se tratava de um Órgão Deliberativo, mas sim a Câmara, porque era um Órgão Executivo, concluindo que deveriam articular qual o seguimento a ser feito.-----

----- O **Deputado Municipal Rui Sequeira** solicitou a palavra dizendo que aquele assunto não poderia continuar sem ser resolvido e que se fosse o entendimento da Assembleia o mesmo seguir para a Câmara que o deveriam encaminhar. Neste sentido o **Presidente da Assembleia** solicitou sugestões, tendo a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** intervindo para esclarecer que a Deputada Municipal Sandra Campos tinha demorado um pouco a remeter a documentação, contudo, a Assembleia tinha enviado um e-mail a solicitar a sua ajuda. Acrescentou também que aquele assunto decorre há muito tempo não podendo continuar a não haver solução por parte da Mesa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

----- Para justificar o sucedido o **Presidente da Assembleia** tomou a palavra dizendo que como tinham havido dúvidas sobre quais os procedimentos a ser desenvolvidos não tinha sido dado seguimento na altura, pelo que iriam reunir e seguir com o mesmo.-----

----- Por forma a desbloquear aquele debate, o **Presidente do Executivo** tomou a palavra dizendo que na sua opinião a Mesa da Assembleia não tinha competências para dar seguimento aquele assunto por ser um Órgão Deliberativo. Disse ainda que se fossem do entendimento, colocariam à consideração naquela Assembleia a Câmara Municipal dar encaminhamento àquele processo de imediato.-----

-----O **Presidente da Assembleia** solicitou inscrições face ao exposto pelo Presidente do Executivo, tendo a **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** referido que se assim fosse, aquela bancada votaria a favor evitando que aquele processo ficasse parado.-----

-----Solicitou a palavra o **Deputado Municipal Luís Pereira** o qual referiu que o PSD não era o “bicho papão” e, colocou ainda em questão o ponto de situação da recomendação apresentada também por aquela bancada relativamente à Zona do Arco. Lamentou ainda que a Assembleia tenha mantido aquele assunto sem qualquer desenvolvimento e que, em caso de dúvidas deveria ter sido realizada uma reunião da Comissão Permanente para evitar situações desta natureza.-----

----- A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** questionou o ponto de situação da Zona do Arco, ao qual o **Presidente do Executivo** respondeu que na altura tinha referido que essa mesma recomendação padecia do mesmo erro, uma vez que fora apresentada com a legislação errada e que sendo esse o caso não poderia dar seguimento. Em resposta ao **Senhor Deputado Municipal Luís Pereira**, disse que não tinha dito que o PSD era o “bicho papão”, mas sim que o PSD era a favor do monumento que salvaguardava aquilo que era o investimento na Poça Simão Dias. Relativamente à Zona do Arco referiu que o seu compromisso seria verificar novamente o processo e a legislação que o compunha.-----

-----Após a discussão relativa aos assuntos em causa, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação daquela Assembleia a recomendação da Poça Simão Dias ser encaminhada à Câmara para prosseguir no imediato às diligências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

necessárias. Ainda neste período o **Deputado Municipal Rui Sequeira** questionou se não poderiam votar também para a Zona do Arco, contudo, o **Presidente do Executivo** voltou a reforçar que a legislação apresentada para essa zona caso carecesse de erro não deveria ser votada ali, pelo que se deveria confirmar a mesma. Posteriormente, foi colocada à **votação a proposta da Poça Simão Dias avançar através da Câmara Municipal e a mesma ser em minuta, sendo a mesma aprovada por unanimidade.** -----

-----Dando continuidade ao período de intervenção dos Deputados Municipais, o **Deputado Municipal Luís Pereira** congratulou igualmente a realização daquela Sessão na Freguesia das Manadas, cumprindo o que a Assembleia se tinha proposto. Seguidamente colocou como questões o seguinte: se não tinha sido pertinente haver uma articulação com a Empreitada da Ribeira do Almeida para remodelação da rede de águas do Município por forma a evitar constrangimentos futuros e evidentemente melhorando a rede de águas que frequentemente viam os funcionários da Câmara, que desde logo os enalteceu, a reparar as mesmas; se existia um regulamento de recolha e tratamento de resíduos uma vez que não o encontrava no site; sugeriu que a Câmara Municipal, junto das Entidades competentes, promovesse uma campanha de sensibilização por forma a remover as arcas frigoríficas e frigoríficos que serviam de bebedouros nas pastagens; se já se encontrava concluído o projeto da 2ª fase da reabilitação urbana do Concelho e para quando a sua apreciação, sobretudo depois da discussão levantada pela CDU relativamente ao parque infantil, tendo em conta que eram imensas as crianças que se queixavam de não haver um espaço desses aqui na Vila. Terminou, enaltecendo o trabalho levado a cabo pelo Município na reabilitação das Ermidas de São João e do Livramento, sugerindo também a instalação de pára-ventos em vidro por forma a que este património se mantivesse visível a quem nos visita e, se a aquelas recuperações se poderiam estender a outras Ermidas como a dos Curatos da Queimada e Urzelina.-----

-----O **Deputado Municipal António Machado** inscreveu-se questionando o Presidente sobre o ponto de situação de recomendações já apresentadas em sessões anteriores, nomeadamente: a remoção das estruturas de ferro em Santo António; criação de um programa de incentivo à natalidade; construção de um miradouro sobre a Fajã da Ribeira da Areia; quais as providências tomadas em relação ao ecoponto instalado no Largo Dr. Duarte Sá, na Freguesia da Urzelina; em que ponto se encontra



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

a classificação da Torre da Urzelina como monumento de interesse municipal e, qual a sua opinião sobre a construção do Entrepasto Frigorífico situado na marginal da Vila das Velas.-----

----- Tomando a palavra, o **Presidente do Executivo** agradeceu as palavras de felicitação apresentadas pelo **Deputado Municipal Roger Sousa** agradecendo em simultâneo a colaboração da Junta de Freguesia de Velas pela mão-de-obra cedida numa fase crítica, na Zona Balnear da Poça e da Preguiça. Relativamente à questão colocada disse que a informação recebida pelo Governo Regional era, que iria haver uma requalificação da muralha da Avenida da Conceição, embora fosse uma via Municipal, e que o Município já tinha questionado quando seria essa requalificação. Relativamente aos plásticos agrícolas disse que continuavam a ser uma preocupação porque se mantinham os enormes volumes dos mesmos nos ecopontos e ao lado deles. Disse ainda que os Serviços tinham ficado de dizer quantos pontos haveriam e qual a periodicidade de recolha e quem seria responsável pela mesma.-----

----- Em resposta à **Deputada Municipal Ana Paula Soares** disse que o processo decorria na normalidade, tendo conhecimento que a EPISJ por via do seu Diretor Financeiro tem vindo a trocar correspondência com o SDEA e que já fora decidido qual o tipo de incubadora e qual o apoio, pelo que o trabalho tem avançado. Ainda neste ponto mostrou a sua preocupação em relação ao futuro daquela Escola tendo em conta o número de alunos inscritos até à data.-----

----- Ao **Deputado Municipal Rui Sequeira** disse que era um bom desafio utilizar água da torneira, contudo, alertou para o facto da água, embora de qualidade, ter um sabor que habitualmente não era apreciado porque continha cloro. Referiu também que o Município tinha adquirido quatro máquinas que faziam a filtração da água e que estavam distribuídas pelos Paços do Concelho, Museu, Auditório e Armazém Municipal. Deixou ainda o desafio ao Governo Regional dos Açores para utilizar água da torneira.-----

-----Relativamente às questões apresentadas pelo **Deputado Municipal Luís Pereira** disse que tinha havido articulação com a empreitada em questão, sendo efetuada uma nova rede de água, uma vez que a atual se encontra apenas a trinta centímetros de profundidade quando deveria estar a oitenta centímetros. Referiu ainda que houve uma reunião de obra solicitada pelo Município para aferir o que se iria fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

tendo em conta que terão de existir abaixamentos da cota em determinados locais. Em relação à existência de eletrodomésticos que servem como bebedouros para os animais, referiu que também não é de acordo e que nada contribuem para a boa imagem, no entanto, e embora perceba a sugestão apresentada, não é tão linear como exposto. No que dizia respeito ao projeto da segunda fase de reabilitação urbana, disse que o mesmo já está pronto e que ainda não fora apresentado publicamente porque a empresa responsável pela sua realização, a Projectangra, aguarda a sua vinda a São Jorge já com a primeira fase do Caminho do TEU. Relativamente ao Parque Infantil referiu que o mesmo é de extrema importância, fazendo sentido o mesmo haver, no entanto, disse já existir um aberto todos os dias aos utilizadores do CAO e da SCMVV. Concluiu agradecendo as palavras do Deputado relativas às Ermidas, todavia, não poderia o Município fazer-se substituir àquilo que é património da Igreja e que não sabia precisar se existia ou não o regulamento em causa, no entanto iria averiguar o mesmo.-----

-----Passando às questões apresentadas pelo **Deputado Municipal António Machado**, esclareceu que foram oficializados os donos das estruturas em causa, que numa reunião presencial o informaram que não iriam retirar as mesmas porque perspetivavam que um dia pudesse aquele local voltar a funcionar. Relativamente à recomendação de incentivo à natalidade disse que este ano não poderia ser, mas que iria avaliar a mesma embora tivesse dúvidas se funcionaria. Em resposta ao Miradouro da Ribeira da Areia referiu que tinha sido feito na altura um projeto candidatado pela Junta de Freguesia do Norte Grande à Adeliaçor que não foi aprovado e, que embora a Direção Regional do Ambiente tenha enviado recentemente um parecer aquela Junta a dizer que não era possível construir lá um miradouro por questões de segurança, a intenção do Município seria avançar com um projeto. No que dizia respeito ao ecoponto, explicou que aquele assunto já tinha sido debatido e que continuava o mesmo problema, passando a solução pela sua colocação no início da Marginal dos Casteletes. No entanto, o que lhe faziam chegar era que esse local era muito longe tendo em conta o comércio que existe concentrado no fundo da Urzelina. Solicitou, no entanto, que lhe fizessem chegar soluções por forma a contornar a situação e acrescentou que para a época que agora se iniciava tinha havido o reforço nas recolhas e lavagens dos ecopontos. Disse ainda que até à data existiam muitos ecopontos domésticos no Armazém por haver pouca adesão por parte dos Municípes à campanha de sensibilização que decorre. Relativamente à Torre da Urzelina

14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

explicou que ainda naquela semana tinha conversado com o Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina e que o mesmo lhe tinha transmitido que o Pároco lhe tinha dito que o terreno pertencia à família Noronha e que estas o queriam vender. Aproveitou ainda para referir que o terreno da Junta de Freguesia já é do Município e que o dinheiro será utilizado pela mesma na requalificação do seu cemitério, sendo o projeto do Parque Multiusos executado apenas após a realização dos projetos que de momento estão a ser efetuados. Para concluir, disse que o Edifício da Lotação cumpria os parâmetros urbanísticos, sendo os pareceres vinculativos todos positivos, pelo que perante esta situação apenas cabia à Câmara dar seguimento.-----

-----O **Deputado Municipal António Machado** solicitou a palavra sugerindo em relação à colocação do ecoponto da Freguesia da Urzelina o espaço atrás do mini mercado que existe naquele local, terreno pertencente à Sociedade. Posto isto, o **Presidente** referiu que tinha conhecimento desse terreno, contudo, teria de ser tido em conta que a poucos metros se encontrava uma padaria, não sendo considerado o melhor local.-----

-----Inscreveu-se igualmente o **Deputado Municipal Rui Sequeira** questionando quais as medidas que o Município tem tomado relativamente ao controlo de pragas das baratas, ao qual o **Presidente** respondeu que pela primeira vez aquela Câmara iria realizar uma desinfestação por via de uma empresa, nomeadamente, no Edifício dos Paços do Concelho, Armazém Municipal, Auditório e Museu. Disse ainda que foi solicitado orçamento também para ser realizada nas sargetas da Vila, contudo não tinha sido aceite por ser muito avultado, pelo que essa desinfestação iria ser realizada com recursos do Município.-----

-----A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** fez uso da palavra sugerindo, em relação à entrega de ecopontos domésticos, que poderiam haver outras formas de entrega dos mesmos que facilitasse a sua aquisição tendo em conta que lhe chegava informação que muita gente não acumula vidro suficiente em suas casas. Relativamente ao assunto do Parque Infantil, atrás debatido, disse que quando vai ao mercado Municipal dava conta que aquele local era aprazível para as crianças que lá brincavam, sugerindo a possibilidade do mesmo estar aberto todos os dias durante o horário dos serviços públicos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Tomando novamente a palavra, o **Presidente do Executivo** explicou que não lhe parecia o mais correto mudar as condições de aquisição dos ecopontos visto já haverem pessoas a adquirir os mesmos, no entanto, também referiu que houve pessoas a adquirir o ecoponto sem ter uma saca totalmente cheia com vidro. No que dizia respeito ao Parque Infantil disse que o mesmo se encontra aberto e que o portão está fechado apenas para oferecer segurança às crianças que lá brincam e evitar que as mesmas venham para o caminho.-----

-----Não havendo mais inscrições, o Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia**, solicitando inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente de Junta de Freguesia das Manadas, Vasco Azevedo**, salientando o que foi dito até ao momento relativamente à realização daquela Assembleia na Freguesia das Manadas. Aproveitou também para agradecer ao Município a cedência dos materiais aquela Junta, embora os seus recursos sejam diminutos. Relembrou o Presidente relativamente à colocação da sinalética na Freguesia que preside, assunto já falado em sessões anteriores, e questionou quando estava prevista a intervenção no trilho da Fajã das Almas e, na Sede dos Escuteiros.---

----- Inscreveu-se também o **Presidente de Junta de Freguesia de Santo Amaro, Roger Sousa**, colocando como questões o seguinte: quando se iniciariam as obras da Sociedade de Santo Amaro e qual o ponto de situação desse processo.-----

-----Por último inscreveu-se o **Presidente de Junta de Freguesia da Urzelina, Jorge Silveira** o qual agradeceu a realização do projeto do cemitério e questionou, relativamente à asfaltagem das canadas, quais as que iriam ser contempladas este ano.-----

-----Tomando a palavra, o **Presidente do Executivo** esclareceu o **Presidente de Junta Vasco Azevedo**, que a próxima Freguesia a ser contemplada com sinalética seria as Manadas, tendo já sido efetuado o levantamento das suas necessidades, encontrando-se essa mesma sinalização no armazém, bem como, a tinta de estrada para o efeito. Relativamente à intervenção no trilho da Fajã disse que o Gabinete Técnico se encontrava com uma grande frente de trabalho, mas que após terminar o projeto das pavimentações e da requalificação da Sociedade da Urzelina, o da requalificação do acesso pedonal da Fajã das Almas seria o seguinte. No que confere à Sede dos Escuteiros referiu que ainda não tinham dado seguimento ao mesmo após



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

a visita ao local, contudo, sabia que havia esse compromisso. Ao **Presidente de Junta de Freguesia de Santo Amaro**, disse que o projeto de reabilitação da Sociedade tinha sido entregue à direção e que tinha dotado o orçamento para assumir cinquenta por cento do custo total da obra. Disse ainda que tinha conhecimento que aquela direção se encontrava em conversações com o Governo Regional dos Açores para assumirem os outros cinquenta por cento do custo total daquele investimento, pelo que de momento aguardavam esse ponto de situação.-----

-----Em resposta à intervenção do **Presidente de Junta de Freguesia da Urzelina**, disse que tendo em conta os anos que se levaram para chegar à conclusão daquele processo do cemitério, contava que até ao final do mandato o mesmo estivesse concluído. Relativamente à asfaltagem das canadas abrangidas para o corrente ano, estavam concentradas nas Freguesias da Urzelina e Santo Amaro, sendo que na Urzelina estavam incluídas: a Canada da Bica, Canada do Leitão, Canada da Encarnação e Caminho de Cima da Ribeira do Nabo. Deixou ainda a informação que estará prevista a intervenção na Marginal dos Casteletes e que já se encontra consignada a obra de requalificação dos Portinhos da Queimada.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu início ao **período da ordem do dia**, informando que o Deputado Municipal Luís Pereira se tinha ausentado daquela Sessão, pelas vinte e duas horas, por motivos pessoais.-----

-----Iniciado o **primeiro ponto** da ordem do dia, **informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º deste Regimento**, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **Deputado Municipal João Paulo Silva**, congratulando o Município pela abertura do trilho do Jardim Botânico, contudo, sugeriu que deveria ser efetuada a sua manutenção mais atempadamente tendo em conta a existência de silvado no mesmo. Acrescentou ainda que em determinadas zonas deveria levar uma escadaria que facilitasse o seu percurso e, que se o mesmo poderia ser aumentado por forma a ser possível fazer um circuito pela Vila das Velas.-----

-----O **Deputado Municipal Fernandino Simas** interveio questionando o Presidente sobre qual o ponto de situação da reunião realizada no dia três de maio com a Direção Regional da Cultura no âmbito do Museu do Queijo no Concelho de Velas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

----- Relativamente aos eventos que decorreram no Concelho, nomeadamente a atividade de voluntariado do Canil, o **Deputado Municipal António Machado** tomou a palavra para questionar quando seria a mesma reagendada tendo em conta o seu cancelamento devido às condições atmosféricas.-----

-----O **Deputado Municipal Mário Soares** inscreveu-se neste período para questionar quais os assuntos abordados na reunião do Executivo com os Deputados Regionais da Ilha de São Jorge e se tinham sido assumidos alguns compromissos junto dos mesmos.-----

----- O **Presidente do Executivo** em resposta ao **Deputado Municipal João Paulo Silva** disse que desconhecia haver zonas que necessitassem de escadas, contudo seria avaliada a situação e operacionalizada se assim fosse o caso. Relativamente à manutenção daquele trilho, disse que estava a cargo da Junta de Freguesia das Velas e que tinha tido conhecimento que essa manutenção já estava realizada. Ao **Deputado Municipal Fernandino Simas** esclareceu que a DRAC tinha convidado o Município para ser parceiro no processo do Museu do Queijo e que, embora fosse um processo que decorria há muito tempo por existirem indecisões no que seria realizado, naquela reunião foi transmitido que esse seria um Museu vivo, onde quem o visitar poderá observar a produção do queijo de forma artesanal e, inclusive, provar e comprar o mesmo. Concluiu dizendo ainda que o Município tinha assumido algumas competências diretas no processo, nomeadamente no âmbito do projeto.-----

----- Ao **Deputado António Machado** o Presidente referiu que o voluntariado tinha ficado de ser reagendado, estando naquele momento prevista uma Cãominhada inserida no programa da Semana Cultural no qual o objetivo e sensibilização iam de encontro ao mesmo. Por último e, em resposta ao **Deputado Municipal Mário Soares** mencionou que a reunião com os Deputados Regionais tinha ocorrido com o objetivo de chegar de forma mais direta aos mesmos as preocupações da Ilha para pudessem atuar próximo do Governo Regional dos Açores. Disse que os assuntos abordados tinham sido os resíduos agrícolas, as acessibilidades aéreas e marítimas, a lei da contratação pública com base na Lei Regional, Largo Senhora da Luz, parque de combustíveis, muralha do Forte de Santa Cruz e Canhões dos antigos Fortes das Velas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Na ausência de mais inscrições, o **Presidente da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia **“Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Zona Sul do Concelho de Velas”** solicitando que o Presidente do Executivo prestasse alguns esclarecimentos sobre o mesmo.-----

----- Tomando a palavra, o **Presidente do Executivo** esclareceu que aquele ponto se baseava num processo com alguma complexidade, estando-se no fundo a aprovar uma ORU para posteriormente ser publicada em Diário da República e entrar em vigor no dia seguinte. Referiu que aquele documento mereceu unanimidade em Câmara e que se tratava de um processo que traria benefícios aos Municípes, essencialmente financeiros e de uma série de impostos.-----

----- Para expressar a intenção de votos pela bancada socialista, a **Deputada Ana Paula Soares** tomou a palavra dizendo que iriam votar a favor tendo por base que todos os procedimentos tinham sido efectuados até ao momento e, após análise, de acordo com os trâmites legais.-----

-----O **Deputado Municipal António Machado** fez igualmente uso da palavra mencionando que aquele documento era bastante positivo, contudo, questionou o porquê do mesmo abranger apenas até à zona de Sta. Rita nas Manadas e não se prolongar até à Igreja de Santa Bárbara. O **Presidente** respondeu que poderia ter sido uma proposta a ser tida em conta, contudo, tendo por base o teor e significado de uma ORU mais complexo seria alargar a área abrangida e a mesma ser aprovada. -----

-----Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto dois **“Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Zona Sul do Concelho de Velas”** a votação sendo o mesmo **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----Passando ao ponto três da ordem do dia **“Confirmação da entrega das medalhas aos Senhores Germano Matos dos Santos e Nelson Ponta-Garça”** solicitou a palavra ao Presidente para esclarecer o mesmo.-----

----- Assim sendo, o **Presidente** esclareceu aquele ponto admitindo o seu erro quando na Assembleia anterior a Deputada Municipal Sandra Campos tinha colocado em questão a publicação em Diário da República do Regulamento da Entrega das Medalhas, ao qual tinha respondido que não, tendo em conta que se tratava de um



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

regulamento sem eficácia externa. No entanto, após essa sessão disse que se tinha inteirado do processo e que, de facto, a Deputada tinha razão, pelo que se levou a efectuar os procedimentos necessários para a sua publicação. Disse ainda que aquele ponto não era para ser votado e que não necessitava ter sido agendado na ordem de trabalhos uma vez que tinha sido remetido para conhecimento dos Líderes Municipais e do Presidente da Assembleia.-----

----- A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** tomou a palavra referindo que o erro se mantinha, uma vez que a publicação em Diário da República produzia efeitos no dia seguinte à entrada em vigor da mesma, devendo aquela publicação ter sido feita com retroactivos. Disse ainda que não se colocava em causa as medalhas atribuídas, mas sim, o tipo de medalha que não estava aprovado e que o passou a estar apenas depois daquela publicação.-----

----- O **Presidente** esclareceu que aquele processo tinha sido realizado com base num parecer do jurista do Município e, disse ainda que a Câmara tinha soberania para aprovar a entrega das Medalhas de Prata, pelo que após publicação, a Câmara levou a reunião, foi aprovado por unanimidade e revalidada aquela entrega, não sendo necessário retomar à Assembleia Municipal. Dizendo que a retificação estava correta, a **Deputada Municipal** reforçou que deveria ter sido feita a publicação daquele regulamento com um retroactivo, evitando a retificação do mesmo. -----

----- Referindo que não seria possível fazer um retroactivo, o **Presidente** transmitiu que não seria viável publicar em Diário da República algo com retroactivos sem que a Assembleia Municipal aprovasse, e isso obrigava a que aquele processo voltasse a ser aprovado para depois ser publicado, pelo que a Câmara tinha simplificado o mesmo. A **Deputada Municipal Maria Isabel Teixeira** voltou a usar a palavra explanando que poderia ter sido feito de outra forma uma vez que tinham sido atribuídas medalhas que ainda não estavam aprovadas. Disse ainda que a rectificação em Câmara foi feita e bem, mas o papel daquele Órgão era apontar o que deveria ter sido feito e não foi, sendo do entendimento que aquela publicação deveria ter sido feita com retroactivos.-----

----- Para concluir, o **Presidente** disse que estavam de acordo tendo em conta que poderia ter sido feito de outra forma, contudo, não considerava correto dizer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

tinham sido atribuídas medalhas que não estavam aprovadas, uma vez que as mesmas tinham sido aprovadas em Câmara e naquela Assembleia.-----

----- Ao terminar a sessão o Presidente da Assembleia lembrou que a próxima Assembleia seria realizada na Freguesia do Norte Grande.-----

-----Encerrada **esta sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia.**-----



Recomendação

Senhores membros da Mesa da Assembleia,
Senhores membros do Executivo,
Senhores Deputados,

A Representação Municipal da Coligação Democrática Unitária vem por este meio apresentar uma Recomendação, de interesse para este Município, conforme contempla o Regimento da Assembleia Municipal das Velas, referente à alínea f) do n.º 2 do artigo 40º deste Regimento.

Considerando que os materiais pirotécnicos, mais vulgarmente conhecidos como “foguetes” fazem parte integrante das tradicionais Festividades e Atividades do nosso Concelho, tratando-se de uma manifestação sonora e visual das mesmas.

Considerando que se registaram constrangimentos na entrada deste tipo de material na ilha no começo da época destas festividades e atividades devido a vários fatores entre eles a falta de um paiol que ofereça garantias de segurança, dado os elevados custos associados à criação destas mesmas condições de segurança.

Nesse sentido, vimos por este meio recomendar à Câmara Municipal, que desenvolva esforços para criação de um plano articulado entre instituições de Poder Local da ilha, para criar as condições necessárias para receção e armazenamento de material pirotécnico com as condições legais necessárias, afim de servir a população local na realização das tradicionais festividades e atividades.

Velas, 27 Junho de 2018

Os Deputados subscritores,
Representação Municipal da CDU



António Gambier Machado

Representação Municipal da CDU • Assembleia Municipal das Velas

- Tele: 912914126
- Mail: antoniomachado93@hotmail.com

- Página: www.facebook.com/cdusagorge
- Morada: Presa das Cruzes, nº2, Urzelina

Recomendação

Senhores membros da Mesa da Assembleia,
Senhores membros do Executivo,
Senhores Deputados,

A Representação Municipal da Coligação Democrática Unitária vem por este meio apresentar uma Recomendação, de interesse para este Município, conforme contempla o Regimento da Assembleia Municipal das Velas, referente à alínea f) do n.º 2 do artigo 40º deste Regimento.

Considerando que foi realizada por esta câmara a obra referente à “Pista de Motocross” na freguesia dos Rosais, há muito desejada pelos praticantes e adeptos desta modalidade desportiva, especialmente pelo Clube Motard de São Jorge.

Considerando que para a realização de eventos, como as regulares competições exige-se o mínimo de condições para praticantes e espectadores, entre elas as condições sanitárias.

Considerando que estas mesmas condições sanitárias atualmente neste espaço se resumem a um “urinol”.

Nesse sentido, vimos por este meio recomendar à Câmara Municipal, que proceda à criação de instalações sanitárias com as condições mínimas na Pista de Motocross na Freguesia dos Rosais que possam ser usufruídas por praticantes e adeptos para ambos os sexos.

Da presente recomendação deverá ser dado conhecimento ao Clube Motard de São Jorge.

Velas, 27 Junho de 2018

Os Deputados subscritores,

Representação Municipal da CDU



António Gambier Machado

Representação Municipal da CDU • Assembleia Municipal das Velas

- Tele: 912914126
- Mail: antoniomachado93@hotmail.com

- Página: www.facebook.com/cdusaojorge
- Morada: Presa das Cruzes, nº2, Urzelina

Recomendação

Senhores membros da Mesa Assembleia,
Senhores membros do Executivo,
Senhores Deputados,

A Representação Municipal da Coligação Democrática Unitária vem por este meio apresentar uma Recomendação, de interesse para este Município, conforme contempla o Regimento da Assembleia Municipal das Velas, referente à alínea f) do n.º 2 do artigo 40º deste Regimento.

Considerando o estado de degradação em que se encontra parte das infraestruturas, em especial as de ferro que compõem Parque Infantil da zona Entre os Morros que nada abonam à imagem da Vila das Velas e colocam em risco quem usufrui desta zona de lazer, em especial as crianças.

Considerando que esta representação denunciou esta situação na Sessão Ordinária desta Assembleia de Junho de 2018, apresentando também um requerimento sobre o mesmo assunto no passado dia 6 de Maio de 2019.

Considerando que numa primeira instância a resposta foi que a situação estaria resolvida, tendo já sido supostamente removidas as infraestruturas mais deterioradas e que numa segunda fase este processo de remoção estaria para “breve”.

Nesse sentido, vimos por este meio recomendar à Câmara Municipal, que proceda à resolução célere deste problema que afeta o Parque Infantil da Zona Entre os Morros, quer passe pela remoção do material deteriorado ou sua substituição, salvaguardando assim a imagem deste espaço bem como a integridade física daqueles que dele usufruem.

Velas, 27 Junho de 2018

Os Deputados subscritores,

Representação Municipal da CDU



António Gambier Machado

Representação Municipal da CDU • Assembleia Municipal das Velas

- Tele: 912914126
- Mail: antoniomachado93@hotmail.com

- Página: www.facebook.com/cdusaojorge
- Morada: Presa das Cruzes, nº2, Urzelina



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Velas

Proposta de Recomendação

O grupo municipal do Partido Socialista, da Assembleia Municipal de Velas, vem por este meio apresentar uma proposta, de interesse para este Município, conforme contempla o Regimento da Assembleia Municipal de Velas no que alude a alínea f) do n. 2, do artigo 40 deste regimento.

A acessibilidade como conceito define-se como a qualidade do que é acessível, ou seja, é aquilo que é atingível, que tem acesso fácil. Dito isto com efeito, as acessibilidades constituem uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos das pessoas.

Tendo por base que a acessibilidade é uma condição essencial para o exercício dos direitos das pessoas, torna-se pertinente assegurar as condições corretas de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida ou para qualquer outra pessoa que experimente uma irregular situação funcional ao longo da sua vida.

Ao longo dos últimos tempos, tem sido adaptada pelo Estado legislação e implementados planos de acção que obrigam as entidades públicas e privadas a garantir a acessibilidade nos espaços públicos, nos equipamentos coletivos e edifícios públicos.

No entanto, apesar de assim ser, temos consciências que são muitos os espaços públicos e privados que continuam inacessíveis ou pelo menos de difícil acesso a alguns cidadãos.

Neste sentido o grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Velas apresenta uma recomendação à Câmara Municipal de Velas, com o intuito desta dotar o edifício do Palácio da Justiça de Velas, que é propriedade da mesma,

Grupo Municipal do Partido Socialista
Rua da Gruta | 9800-533 VELAS * velas@gps.pt

Handwritten signatures and notes in blue ink:
- "Ana Filipa" (signature)
- "acessíveis" (written vertically)
- "além" (written vertically)
- "A." (signature)
- "D." (signature)



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

com acessos condignos a pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente com a construção de rampas de acesso, dado que no edifício em causa localizam-se os serviços do Ministério da Justiça, a saber: a Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Velas, ao nível do rés-do-chão, e a Instância Local de Velas do Tribunal da Comarca dos Açores, ao nível do primeiro andar.

À consideração da Assembleia Municipal de Velas

Velas, 26 de junho de 2019

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Paulo José L. S. Vieira
F. Silva
Dr. Rui M. J. M. L.
S. H. S.
catunavels
Anasores

Grupo Municipal do Partido Socialista
Rua da Gruta | 9800-533 VELAS * velas@gps.pt

Abusa
8
[Handwritten signatures and initials]

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal
das Velas

RECOMENDAÇÃO

Pela reabilitação do Forte de Santa Cruz em Velas

O Forte de Santa Cruz foi o primeiro e mais importante Forte a ser construído em toda a Ilha de São Jorge, possuindo três redutos: Santo António, Santa Cruz e São José. Este Forte fazia a defesa das Velas, juntamente com os Fortes da Conceição e da Queimada, sendo o que possuía maior número de “peças” em toda a Ilha. As suas muralhas eram em basalto e tufo e dispunha de doze bombardeiras, casa da guarda, caserna e paiol. Nos extremos nascente e poente sobressaíam duas guaritas de vigia cobertas, de que resta apenas a do lado poente.

Considerando que a identidade cultural de cada lugar, em particular do Concelho de Velas, é transmitida pelos testemunhos físicos dos nossos antepassados, sendo essencial proceder-se à reabilitação e manutenção do edificado existente no Nosso Concelho, mantendo os nossos valores histórico, cultural e arquitetónico.

Considerando a importância histórica que o Forte de Santa Cruz representa para o Nosso Concelho, estando situado num local bastante frequentado pela Nossa População e por quem nos visita, sendo também essencial que a imagem daquele local seja melhorada.

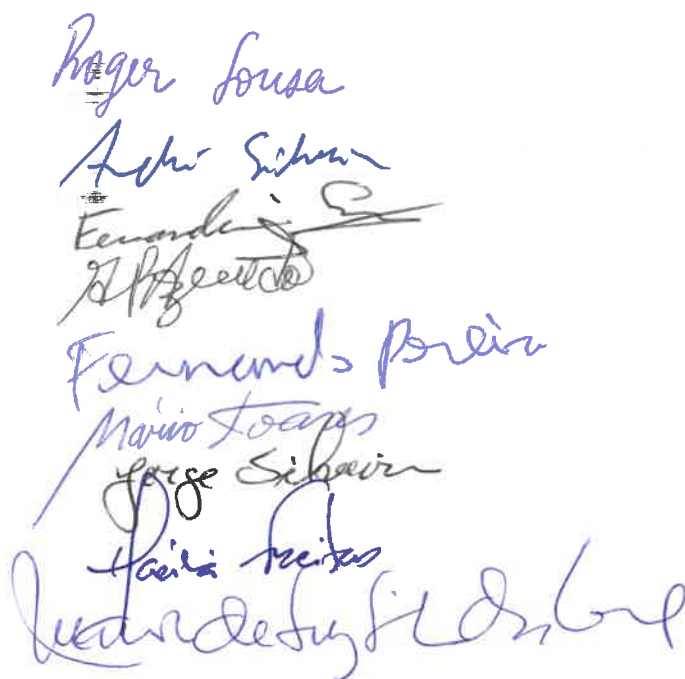
Considerando que o Forte de Santa Cruz é Propriedade da Região e que, recentemente, decorreram obras de melhoramento do Cais Comercial de Velas, não estando nestas incluída a reabilitação deste Forte, o que entendemos que foi um mau princípio.

Assim, ao abrigo das disposições previstas na alínea f) do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal das Velas, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda:

1 – Que a Câmara Municipal de Velas diligencie junto do Governo Regional dos Açores, no sentido deste proceder à reabilitação do Forte de Santa Cruz, mantendo a sua identidade arquitetónica e permitindo que este se torne num ponto visitável no Concelho de Velas.

Velas, 27 de Junho de 2019

Os Deputados Municipais do CDS-PP,



Roger Sousa
Adri Silva
Eduardo
Alfonso
Fernando Pereira
Mário Soares
Jorge Silva
Hélia Reis
Leandro Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Correspondência Recebida

Sessão Ordinária de 27 de junho de 2019

Atas / Documentos / Convites do Município de Velas:

- Envio de Ata n.º 7/8/9 e 10/2019;
- Envio de Deliberações;
- Informação Escrita;
- Resposta ao requerimento CDU no âmbito do Parque Infantil de Velas;
- Convite - 32ª Semana Cultural das Velas;
- Processo de ORU - Procedimentos a efetuar para aprovar a Operação de Reabilitação.

Email

- Convite Cerimónia de Inauguração das Novas Instalações da EBS da Calheta;
- Convite "Dia da RAA";
- Sessões de Sensibilização e informação - Projeto Fundo do Consumidor - 8ª Fase - Eixo C – ACRA;
- Justificação de Falta pela Deputada Municipal Maria Raquel Furtado;
- Justificação de ausência pela Deputada Municipal Sandra Campos;
- Justificação de ausência pelo Deputado Municipal Hélder Teixeira;
- Pelo Grupo do Partido Socialista – Justificação de falta dos deputados municipais Sandra Campos e Hélder Teixeira;
- Pelo Grupo do Partido Popular – Substituição da deputada municipal, Maria Raquel Furtado;
- Substituição Vereador do PS – André Rodrigues e Rui Moreira.

Diversos:

- Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP - Requerimento "Falta de manutenção dos reservatórios de água para a lavoura em São Jorge" e "Falta de manutenção das gruas nos portos de São Jorge";



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

- Pelo Museu Francisco Lacerda – Informação sobre horário de Visitas do Núcleo Museológico das Manadas - Igreja de Santa Bárbara; Convite - Exposição Temporária - Cores da Terra: A Tinturaria nas Ilhas; Espetáculo Musical - Noite dos Museus;
- Convite da SCMVV - Apresentação Livro “Memória e Identidade Insular – Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores”;
- Convite - 1ª Gala do Desporto do Grupo Desportivo Velense - Época 2018/2019;
- Convite – Festival de Julho 2019, pelo Município da Calheta.

Jornais e Revistas

- Jornal a Voz das Misericórdias;
- Jornal Associação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

CERTIDÃO

João Manuel Estrela Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho de Velas na Sessão Ordinária, de 27 de junho de 2019, deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade, por unanimidade, a proposta ***“Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Zona Sul do Concelho de Velas”***.

Velas, 28 de junho de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal

João Manuel Estrela Maciel